

HISTÓRICO DA SUBJETIVIDADE NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Ana Cláudia Costa Fontana*
Denise Ap. Caillot Schroeder*
Simone Ap. Lesiko*

Resumo: O presente artigo teve como objetivo principal traçar um breve histórico sobre a subjetividade em Lingüística, principalmente na Análise do Discurso. Abordaram-se, nesse trabalho, as variadas concepções de sujeito adotadas por diferentes autores no decorrer da história, desde a Lingüística da Enunciação até à Análise do Discurso, passando pela concepção dialógica da linguagem como espaço de interação. Muito já se discutiu sobre tal assunto sem, no entanto, se chegar a uma conclusão. Dessa forma, aqui também não se propôs uma análise definitiva, mas sim uma reflexão acerca da idéia de subjetividade presente em cada teoria pesquisada e a conseqüente concepção de língua adotada pelos teóricos que endossam cada uma delas.

Palavras-chave: Concepções de língua. Subjetividade. Histórico. Análise do discurso.

Abstract: The main objective of the present article was to present a brief history of the subjectivity in Linguistics, mainly in the area of Speech Analysis. In this study we approached the varied concepts of *subject* adopted by different authors in history, from Enunciation Linguistics to Speech Analysis, through the dialogical conception of language as a space of interaction. A lot has been said about the subject, but no conclusion has been reached. Therefore, we do not intend to propose a definitive analysis either, but rather to suggest a reflection on the idea of subjectivity as presented in each theory we researched, and the consequent language conception adopted by the theorists that endorse each one of them.

Keywords: Language conceptions. Subjectivity. History. Speech analysis.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar um breve histórico sobre a questão da subjetividade em Lingüística, principalmente em Análise do Discurso, um campo bastante fértil para um estudo deste porte.

Muito já se discutiu sobre tal assunto sem, no entanto, se chegar a uma conclusão. Dessa forma, aqui também não se proporá uma análise definitiva,

* Docentes da rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná; especialistas em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura: texto e ensino, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

mas sim uma reflexão acerca da idéia de subjetividade presente em cada teoria pesquisada e a conseqüente concepção de língua adotada pelos teóricos que endossam cada uma delas.

Nosso ponto de partida é a Lingüística da Enunciação, com Benveniste, que apresenta uma visão bem particular sobre esse tema. Para se chegar à Análise do Discurso, far-se-á um breve roteiro pelo ideário dos psicanalistas, filósofos e lingüistas que serviram, de certa forma, de base para Pêcheux estruturar a sua teoria.

Na seqüência, serão apresentadas as idéias de Possenti e a síntese de seus estudos nessa área. Para finalizar, a teoria de Bakhtin será apresentada pela ótica de Beth Brait.

Embora, cronologicamente, um estudo não diste muito do outro, poder-se-á perceber que a produção foi vastíssima. Aqui, como já antecipado, encontra-se uma pequena amostra dessa produção.

Histórico sobre subjetividade

A teoria de Saussure (o ponto de origem da ciência lingüística) atribui à língua, concebida como um sistema, o estatuto de objeto dos estudos lingüísticos, excluindo a fala desse campo. A língua se opõe à fala, sendo a primeira sistêmica e objetiva e a segunda, concreta, variável de acordo com cada falante e, por isso, subjetiva.

Pêcheux constata que a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso, mas, para resolver o problema, ele não procura diluir esta oposição, e, sim, refletir sobre a fala, pólo da oposição menos desenvolvido por Saussure. Pêcheux coloca o discurso desfilando entre aquele conceito saussuriano de *langue* (língua) e a ideologia.

Com a Lingüística da Enunciação, acentuou-se o interesse pelo discurso, já que, colocando a língua em funcionamento, ela liberta-a do fechamento e da imobilidade da estrutura, pois, nessa concepção de língua como sistema ou estrutura, os valores são relativos e diferenciais, bloqueando todo o processo de significação e de mudança lingüística. Na perspectiva de Benveniste, um dos precursores da Lingüística da Enunciação, pode-se dizer que, como forma, a língua constitui uma estrutura, mas, como funcionamento, a língua se transforma em discurso, que é o fenômeno temporal da troca, do estabelecimento

do diálogo, é a manifestação interindividual da enunciação, é o seu produto (CARDOSO, 1999, p.22-23).

Na Lingüística da Enunciação, a linguagem não é um instrumento externo de comunicação e transmissão de informação, mas uma forma de atividade entre os protagonistas do discurso, conforme destaca Cardoso (1999). Benveniste conceitua a enunciação como uma relação do locutor com a língua, apropriando-se dela e colocando-a em funcionamento. Sendo a enunciação o ato *individual* de colocar a língua em funcionamento, ou de transformá-la em discurso, ela fica, na perspectiva de Benveniste, circunscrita ao espaço do subjetivo e do individual.

Esse autor foi um lingüista com formação estruturalista que dedicou a maior parte dos seus trabalhos ao tratamento de questões de lingüística geral. Porém, foram os seus artigos sobre a subjetividade na língua os que mais repercutiram entre os estudiosos da linguagem, em razão de seu rompimento com Saussure, ao buscar restituir a subjetividade aos estudos lingüísticos. Para o autor,

é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. A “subjetividade” (...) é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. (...) A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade - que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu. (BENVENISTE, 1976, p.286).

Ele ainda conceitua a enunciação como uma relação do locutor com a língua, apropriando-se dela e colocando-a em funcionamento. O sujeito de Benveniste é, em resumo, “um eu que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um tu – alocutário – opondo-se ambos à não-pessoa, ele (eu – tu x ele)” (BRANDÃO, 1991, p.49).

Embora o *tu* seja complementar e indispensável, na relação, é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*. Sendo a enunciação o ato *individual* de colocar a língua em funcionamento, ou de transformá-la em discurso, ela fica, na perspectiva de Benveniste, circunscrita ao espaço do subjetivo e do individual, pois é na instância do discurso na qual o eu designa o locutor que este se enuncia

como “sujeito”. (BENVENISTE, 1976, p.288). Portanto, o fundamento da subjetividade reside, justamente, no exercício da língua, e, para esse autor,

a linguagem é, pois a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”. (BENVENISTE, 1976, p. 286).

Esta dimensão individual e subjetiva atribuída ao discurso é refutada pela AD que tem como objeto o discurso, considerado como uma instância integralmente histórica e social, pois como aponta Orlandi (1999, p.15), *na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.*

Para entender a constituição do sujeito proposta pela AD de corrente francesa, não se pode desprezar a contribuição de Freud, Lacan, Foucault e Althusser, a partir dos quais Pêcheux estabeleceu os postulados de sua teoria.

O sujeito, para Freud, se refere a um coletivo, uma pluralidade de um tipo especial, diferente das características do sujeito da tradição filosófica que o considera auto-reflexivo, racional, consciente e transcendente em relação aos objetos, ao mundo e aos outros sujeitos. (TEIXEIRA, 1997, p.74)

Para Freud, o que se sente e o que se é possuem estreita relação. Desse modo, o sujeito não é anterior ao sentido, nem anterior ao pensar. Sensações, percepções, imagens e representações constituem uma pluralidade de fatores que estabelecem sua identificação. Mecanismos psíquicos como incorporação, introjeção, internalização, identificação ou projeção do sujeito no outro fazem com que se seja capaz de ter vários “eus”, organizados de diversas maneiras, em função dos sentimentos, das descrições, das sensações, das razões, das causas ou das justificativas que se dão para funcionar de tal maneira. Nenhum desses “eus” é mais verdadeiro do que o outro ou detém a sua verdadeira substância.

O sujeito é uma tessitura que a cada momento da vida se movimenta em virtude de estímulos ambientais, assim, acaba “redescrevendo” a si e aos outros.

Segundo Teixeira (1997, p.74), na perspectiva Freudiana, o bebê humano é radicalmente desamparado, incapaz de alterar o mundo externo.

Todas as suas relações com esse mundo são intermediadas por sua relação com o outro e a busca de um objeto de desejo sempre vai remeter a uma outra pessoa. Essa dupla alteridade na constituição do sujeito é distinguida por Lacan como o pequeno outro e o grande Outro. O outro compreende a dimensão em relação aos quais formam o desejo de criança e o Outro é definido por Lacan como não semelhante, enigmático, de autoridade obscura, que se situa como lugar, detendo as chaves de todas as significações.

Portanto, o sujeito Lacaniano é inapreensível, indeterminado, assujeitado à linguagem, é aquilo que um significante representa para o outro. Por sua vez, ele se define quando submetido ao significante, mas não está nele, embora deixe suas marcas. Segundo Teixeira: *O outro é, em primeiro lugar, a mãe, objeto perdido devido à proibição do incesto, mas constitui, sobretudo, o lugar onde os significantes já estão, antes de todo sujeito, sendo daí que ele recebe sua determinação maior.* (1997, p.75).

O sujeito depende do significante para existir e este se encontra no campo do Outro que, se produzindo, é chamado a funcionar, a falar e a constituir-se como sujeito absolutamente dependente. Mas, como a linguagem é incompleta, é possível que haja espaço para produzir suas próprias cadeias de significantes.

No entanto, esse processo não se caracteriza por ser totalmente seguro, uma vez que se dá inconscientemente, e como tal, permanece nesse campo interferindo no discurso efetivo e organizado do sujeito. Lacan (1978, p. 292) destaca a importância do distanciamento entre sujeito e Outro para que possa entrar na dialética social e ganhar um lugar na história.

Diferente de Lacan, Althusser não estava particularmente interessado na ligação entre sujeito e linguagem. O sujeito que lhe interessava era o da ideologia. (Teixeira, 1997, p.65)

“A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p.93). Essa é a tese fundamental do autor. Em torno dessa metáfora é que ele vai buscar o ponto de encontro entre os dois conceitos. Em suas próprias palavras,

Essa tese serve para explicar a nossa última proposição: só existe ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Entenda-se: só existe ideologia para sujeitos concretos, e esta destinação de ideologia só é possível pelo sujeito: entenda-se, pela categoria de sujeito e pelo seu funcionamento.” (ALTHUSSER, 1980, p.93).

Althusser aspirava ver a subjetividade sob a perspectiva marxista. Sua teoria sobre ideologia desenvolveu-se em torno de conceitos globais, como sujeito e Aparelhos Ideológicos do Estado. (TEIXEIRA, 1997, p.71). Ele considerava a ideologia um meio indispensável para a constituição de sujeitos humanos e que nos é imposta sem ter que, necessariamente, passar pela consciência. Tudo isso sob uma perspectiva positiva e vital.

A tese de Althusser (1980, p.98) afirma que o sujeito se institui pela representação da relação imaginária com suas condições reais de existência e acrescenta que a sociedade nos interpela em meio à massa de indivíduos e, ao nos chamar pelo nome, nos leva a sermos sujeitos individuais.

Nesse ponto surge um questionamento: como o indivíduo responde à interpelação que faz dele sujeito se ainda não o é? *Althusser afirma que, na verdade, somos 'sempre-já-sujeitos', até mesmo antes do nosso nascimento, pois nossa chegada já foi desde sempre preparada.* (TEIXEIRA, 1997, p.71). A série de características que a família concede antecipadamente ao sujeito aproxima sua teoria à releitura que Lacan faz a partir de Freud.

Outro ponto da teoria de Althusser também parece resultar da leitura de Lacan: o sujeito imaginário daquele corresponde ao “eu” lacaniano que, segundo Teixeira (1997, p.73), se constitui no imaginário como uma identidade unificada.

A necessidade de articular ideologia e inconsciente fez com que Pêcheux aproximasse Lacan de Althusser. Teixeira, (1997, p.76) ao estudar a relação entre os sujeitos dessas duas teorias, afirma *que o acesso à ordem simbólica ocorre pela mediação das formas ideológicas em que são vividas as funções de, por exemplo, paternidade, maternidade, filiação.*

Ao articular linguagem à teoria da interpelação de Althusser, Pêcheux traz o sujeito para a dimensão do simbólico e, da forma como faz esse recorte, contribui para reforçar a noção de assujeitamento, trazida por Althusser. A psicanálise contribui com a idéia de que o sujeito está preso à teia em que se institui, mas, de acordo com Teixeira (1987, p.77), desconsidera-se o fato de haver um desejo em operação. Portanto, torna irrelevante aquilo que é essencial à psicanálise. Com isso, emudece o sujeito, já que ignora o seu desejo, calando o seu clamor potencialmente rebelde.

Também é importante destacar que a Análise do Discurso (AD), fundamentada por Pêcheux, sofreu deslocamentos teóricos ao passar por três fases.

Cada uma delas apresenta mudanças significativas no caráter metodológico e teórico e concebe o sujeito com algumas variações decorrentes da noção de discurso que apresentam.

Na primeira fase, uma “máquina discursiva” gera um processo discursivo e o sujeito se apresenta como sendo assujeitado a essa máquina e submetido às regras que delimitam o discurso. Ou seja, quem fala é uma instituição, uma teoria ou uma ideologia. (MUSSALIM, 2001, p.133).

No segundo momento, há um deslocamento teórico que incorpora os conceitos de Formação Discursiva (FD), que é definida por Foucault como: *um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.* (MUSSALIM, 2001, p.133).

Foucault supõe que, em toda sociedade, a produção *do discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e distribuída por um certo número de procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder.* (CARDOSO, 1999, p.22) Ou seja, o discurso é a instância por excelência onde se armam conflitos, resistências, relações de poder e desejo.

Para ele, o discurso não é a tradução dos aspectos da vida social, mas sim o terreno mesmo onde eles se dão, daí o seu estatuto de materialidade. A preocupação de Foucault não é com os pequenos discursos diários, e sim com os “grandes discursos”, os discursos institucionais.

Sendo assim, Foucault concebe a formação discursiva como prática institucional, revelando suas condições de produção segundo uma série de dispositivos identificáveis. A análise empreendida por este autor almeja o desmascaramento das intenções do discurso, conforme desvela seus procedimentos de controle, provocando modificações nas relações de poder aí articuladas.

A respeito das relações de poder, o autor diz que:

Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do

sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1987, p.30).

Portanto, realizar a análise do discurso (referido, por exemplo, ao que uma determinada sociedade organiza sobre os temas da sexualidade, do poder, da repressão, etc.), segundo esses preceitos, é fazer política, no sentido estrito do termo; é alterar o jogo de poder, isto é, a correlação e a disposição de forças no imaginário social.

Com Foucault, nota-se muito claramente que as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso; não estão além ou aquém dele; é na própria estrutura das formações discursivas que se pode apreender suas intenções e os termos de seu engendramento.

Por meio dessas formações discursivas, pode-se reconhecer, nos textos, o cruzamento de vários discursos e o domínio de um. Também, nesses espaços atravessados pela dimensão ideológica, processa-se o condicionamento do sujeito à ideologia e ao inconsciente. Nessa fase, *o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo.* (MUSSALIM, 2001, p.133)

Apesar de desempenhar papéis, ele não é totalmente livre, visto que é coagido pela formação discursiva a partir da qual se anuncia e esta é regulada por formações ideológicas, que determinam o que ele pode dizer a partir dali.

O discurso, na terceira fase, é marcado pela heterogeneidade. Portanto, o sujeito é caracterizado por ser essencialmente heterogêneo, clivado e dividido entre o consciente e o inconsciente. Segundo Mussalim (2001, p.134),

Inserido nessa base conceitual, o sujeito da AD se movimenta entre esses dois pólos sem poder definir-se em momento algum como um sujeito inteiramente consciente do que diz. Nesse sentido, o 'eu' perde a sua centralidade, deixando de se senhor de si, já que o 'outro', o desconhecido, o inconsciente, passa a fazer parte de sua identidade. O sujeito é, então, um sujeito descentrado, que se define agora como sendo a relação entre "eu e o outro". O sujeito é constitutivamente heterogêneo, da mesma forma que o discurso o é.

Na primeira e na segunda fase, o sujeito também é concebido como inconsciente ao ser interpelado pela ideologia. A evidência disso é tratada por Pêcheux quando o caracteriza por dois esquecimentos. No primeiro, o sujeito tem a ilusão de que é criador absoluto do seu discurso, apagando tudo que tenha relação como o exterior de sua formação discursiva. No outro, o sujeito tem a ilusão de que tudo o que ele diz tem um significado apenas, e que este será captado pelo seu interlocutor. Com a retomada do já dito, o sujeito tem a ilusão de que sabe e controla o que diz. (MUSSALIM, 2001, p.135).

Aqui no Brasil, um nome representativo em AD é o de Eni Orlandi. Em sua obra *Análise do Discurso: princípios e fundamentos*, ela expõe um panorama geral, seguindo a mesma linha proposta por Pêcheux. Orlandi diz que a AD, ao levar em conta o homem na sua história, não despreza os processos e as condições de produção da linguagem. Mais que isso, a análise versa sobre a relação estabelecida por meio da língua entre os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o que se diz.

Sendo assim, os estudos discursivos sempre visam a pensar o sentido na dimensão espaço-temporal das práticas humanas. Eles ainda descentram a noção de sujeito e relativizam a autonomia linguística: *o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.* (ORLANDI, 1999, p.20).

Orlandi ainda diz (1999, p.17), citando Pêcheux, que *não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.* Sobre a questão, tem-se que:

O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (...) é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “x” (ilusão da entrevista in loco). O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados. O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 1999, p. 32).

Para se chegar à compreensão do que se diz, muitas vezes, é necessário recorrer aos interdiscursos, todos os conjuntos de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que é dito. Orlandi (1999, p.34) explica que *o que é dito por um sujeito específico, em um momento particular se apaga na memória para que, passando para o 'anonimato', possa fazer sentido em 'minhas' palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome.*

Os discursos passam a fazer parte de redes de sentidos, mas ao sujeito não compete saber como fazer para se filiar a essas redes. Eles são comandados pela ideologia e pelo inconsciente. Em outras palavras, é como se só uma *parte do dizível é [fosse] acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras.* (ORLANDI, 1999, p.34).

Na relação entre os discursos, são as imagens que constituem as diferentes posições. O sentido nunca existe em si, mas sua determinação se dá pelas posições ideológicas, colocadas em xeque no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Sobre o assunto, pode-se dizer que:

a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”), apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres. (ORLANDI, 1999, p.45).

Nesse panorama todo, é a ideologia que é capaz de produzir evidências e de colocar o homem em confronto com suas condições concretas de existência. Orlandi (1999, p.45) ainda afirma que *a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.* A mesma autora busca o criador da AD para reforçar sua afirmação e lembra que ele, M. Pêcheux,

diz que sua característica (da ideologia) comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não

como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. (ORLANDI, 1999, p.46).

Não existe, então, relação entre homem e mundo por meio da linguagem sem que essa relação seja intermediada pela ideologia. Linguagem e mundo não são elementos concretos, mas abstrações dos mesmos pelo prisma ideológico, que cerceia a visão dos indivíduos. Assim, *o sentido é (...) uma relação determinada do sujeito afetado pela língua – com a história. (...) E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados.* (ORLANDI, 1999, p.47).

Pensar a ideologia nesse sentido significa pensar a interpretação. Jamais a língua vai fazer sentido sem a intervenção histórica. Não se trata de uma simples decodificação, sem determinações pré-estabelecidas pelo social. Por isso, a AD rejeita a noção psicológica do sujeito empírico. Para ela,

o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde a sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à (...) língua e à história, (...) é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 1999, p.49).

Orlandi ainda lembra o que diz Foucault: *(o sujeito) é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz. O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui*”. (ORLANDI, 1999, p.49). O sujeito, nessa perspectiva, deve ser pensado como o lugar, a posição que ocupa para ser sujeito do que diz. Pensando dessa forma, vê-se que os papéis sociais acabam falando pelos sujeitos: a mãe, o pai, o filho, o professor, o aluno e outros. O sujeito passa a ser não uma forma de subjetividade, mas o lugar que ocupar para ser o sujeito do que diz.

Na sociedade atual, tem-se o que se chama de forma-sujeito histórica. Esta revela bem uma contradição, que é a de um sujeito livre e submisso ao mesmo tempo. Orlandi (1999, p. 50), ao abordar o quesito, resume que *ele (sujeito) é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento.*

O assujeitamento faz com que o sujeito se sinta livre e responsável pelo que diz, simultaneamente, mas é o discurso que aparece como instrumento do pensamento e um reflexo da realidade. Trata-se de uma relação bastante ambígua. O sujeito tem a sensação de que determina o que diz, todavia, o seu discurso é determinado pelo exterior, pelo social.

O que se precisa saber é que a língua é a condição da incompletude. Sujeitos e sentidos nunca estão constituídos definitivamente. Estão em constante constituição. Sobre isso, em Orlandi (1999, p.53), encontra-se:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.

É a memória discursiva, ou interdiscurso, que dá sustentação ao que se diz. As formulações anteriores vão ficando na memória inconsciente e se tornam responsáveis pelos sentidos. O sujeito não tem controle sobre essa memória, embora seja por meio dela que se constroem novos sentidos. Por esta razão, cria-se a ilusão de que se é a origem do que se diz.

Os contextos de enunciação se diversificam e, em consequência disso, muitas vezes, se mantêm tensos, em conflito o tempo todo. Eles são dialeticamente relacionados mediante uma coexistência conflituosa. Isso significa dizer que um contexto de fala sempre afeta outro e que o efeito de sentido que um consegue é o cruzamento com muitos outros contextos. Esse é o dialogismo de Bakhtin, um jogo de múltiplas vozes. Segundo ele, a língua é vista como o cenário de um jogo de palavras, um território de confronto entre subjetividades, o embate polifônico de diferentes instâncias sociais, a coexistência conflituosa de vozes e efeitos de sentido. Tudo isso porque toda fala entrelaça muitas vozes de diferentes situações e contextos sociais.

Dentro ainda dessa perspectiva do trabalho do sujeito da/ na língua, mas se posicionado de forma contrária a algumas das idéias de Orlandi, Possenti afirma que a reformulação estruturalista apaga completamente a possibilidade da manifestação da subjetividade, quando, para ele, essa é uma má interpretação e assim questiona:

(...) é necessário interrogar-se se a descoberta do inconsciente exclui radicalmente qualquer manobra consciente dos sujeitos, se o sujeito

precisa saber o que é para saber o que diz, se a existência de condições anula qualquer opção ou ação consciente de sujeitos (...). Para que o sujeito possa ser concebido como algo mais que um lugar por onde o discurso passa, vindo das estruturas, é necessário fazer a hipótese mínima de que ele age. (POSSENTI, 1993 apud KOCH, 2002, p.15).

Possenti afirma que:

ser sujeito de um texto não significa criar fora das regras que historicamente constituíram gêneros, o que implica algum tipo de assujeitamento; mas também mostra, e é o que mais interessa, que o sujeito não é apenas o ocupante eventual de um lugar de que um discurso se aproveita para acontecer. As manobras – regradas – do sujeito exercem um papel fundamental (POSSENTI, 2001, p.106)

e podem ser vistas como as marcas lingüísticas, reveladoras da subjetividade do autor, dentro de uma perspectiva discursiva.

O autor procura mostrar como alguns trechos de um texto acumulam “discursividades de outro”, sendo assim, é impossível voltar ao “sujeito originário”, pois os textos são constituídos de partes que, certamente, não “pertencem ao autor”. No entanto, não se pode dizer que ocorre, nesse caso, o apagamento do sujeito, pois o uso que fez dessas partes no seu texto é original.

Assim, Possenti diz ser necessário precisar a noção de autoria e ele a caracteriza a partir de Foucault (1969) e Chartier (1994), especialmente centrado em duas noções foucaultianas de autor – a primeira, que considera a noção de ‘autor’ correlacionada à noção de ‘obra’, caracterizada por certa unidade que seria conferida pelo autor em decorrência de determinada(s) propriedade(s); a segunda, que corresponde à noção de autor como “fundador de discursividades”, como Freud e Marx, por exemplo. Ele ressalta que *há discursos prontos, mas também há invenção – trabalho – sobre ele*. (POSSENTI, 2002, p.128).

Possenti comenta não aceitar a “concepção de sujeito livre, uno e consciente”, nem a “noção de sujeito assujeitado”. Por outro lado, acredita na “tese da heterogeneidade”, ou seja, *uma forma de especificar vários tipos de atuação do sujeito, variadas manifestações de subjetividade*. (2002, p.131).

Também se refere à heterogeneidade, dizendo que essa *se constitui pela afirmação do outro num lugar que antes não lhe era previsto*. Fala, ainda, da hipótese da *continuidade vs. ruptura, mais sensível nos discursos científicos*.

cos – que opõem teorias cumulativas, como as mais tradicionais, a teorias de ruptura (...), das quais surge um sujeito ciclópico. (POSSENTI, 2002, p.72).

Possenti assume uma concepção de sujeito em que esse seja capaz de *colocar-se à distância de seu discurso (ver-se de fora, avaliar-se adequadamente), ou colocar à distância seu discurso (ver de fora, avaliar adequadamente)*, ou seja, que o sujeito seja capaz de perceber que seu comportamento foi inadequado para certa situação, ou de perceber que numa conversa houve falha pela falta de alguma característica peculiar àquele gênero textual. (2002, p.130).

Pelo que foi exposto, torna-se possível entender os questionamentos do autor a respeito das teses do assujeitamento e perceber sua defesa de que *os sujeitos trabalham (ou seja, não são simplesmente assujeitados) e que haver trabalho dos sujeitos é uma característica fundamental dos discursos; e que os sujeitos se definem enquanto tais, na medida em que mantêm, em relação à língua, uma certa distância. (POSSENTI, 2002, p.123).*

Da mesma forma que Possenti, Bakhtin não teoriza sobre subjetividade de forma tão extremista como Benveniste e Pêcheux. Brait (2001, p.77) recupera a idéia dele no que diz respeito à ideologia na orientação da subjetividade e diz que *a criação ideológica não existe em nós, mas entre nós. Ainda sobre isso, existe um permanente diálogo entre indivíduo e sociedade, dimensão que a linguagem se encarrega (sic) instaurar e mobilizar. É o dialogismo bakhtiniano que diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos. (BRAIT, 2001, p.79).*

Bakhtin amplia o conceito de subjetividade e fala de um *eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem. (BRAIT, 2001, p.79).* Ele fala da representação e da transmissão do discurso de outrem, enfatizando a natureza social e não individual das variações de estilo que podem ocorrer. Sobre isso, complementa com a possibilidade de estudar o discurso não enquanto realização individual, *mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações entre sujeitos. (BRAIT, 2001, p.79)*

A natureza do fenômeno que é a linguagem não pode ser vista sem se perceber todo o seu alcance histórico, da capacidade interativa e das pos-

sibilidades de compreensão, que se realizam discursivamente. Brait ainda faz referência às duas grandes críticas que Bakhtin, elegantemente, empreendeu aos estudos da linguagem. Trata-se do que ele chamou de “objetivismo abstrato” e de “subjetivismo idealista”.

E é a partir de toda a sua contribuição que se pode chegar à idéia de que *a linguagem funciona diferentemente para diferentes grupos, na medida em que diferentes materiais ideológicos, configurados discursivamente, participam do julgamento de uma dada situação*. (BRAIT, 2001, p.80). Ainda, por meio dos mais variados discursos, é possível perceber que existe um eu e “o eu se diz, diz o outro e se diz o outro”. (BRAIT, 2001, p.91).

Considerações finais

Pode-se considerar o sujeito, segundo o estruturalismo, como um assujeitado, o qual não é o dono de seu discurso e da sua vontade. Mas também, tem-se o sujeito da enunciação ou sujeito cartesiano, que é o responsável pelo sentido, é o dono de sua vontade e de suas palavras.

No entanto, a concepção de sujeito como entidade psicossocial, participativo da situação na qual se acha engajado, é a mais coerente com a concepção sócio-interacionista de linguagem. Ao buscar fundamentação em Bakhtin, que diz que o sujeito se constitui como tal à medida que interage com os outros, reconhece-se o verdadeiro sentido da linguagem, que é trabalho social e histórico.

Não se pode imaginar a total liberdade do sujeito em qualquer atividade linguageira de que ele venha fazer parte. Por outro lado, não se pode conceber também o seu completo assujeitamento. Parece mais lúcido entender a subjetividade do sujeito a partir do dialogismo bakhtiniano. O sujeito forma-se a partir da teia de relações que consegue estabelecer entre seu discurso e todos os outros a que tiver acesso.

Dessa forma, imagina-se que a subjetividade do sujeito não seja algo tão consciente como se poderia pressupor. Mas pode-se dizer que uma pessoa constitui-se sujeito do seu discurso à medida que ela possa ter certa autonomia de manipulação sobre os diversos enunciados que ela escolhe para formar o seu. Ela passará a ser a soma das várias vozes de que é formado o seu discurso.

Ana Cláudia C. Fontana; Denise Ap. Caillot Schroeder; Simone ap. Lesiko

Assim, tem-se um sujeito se completando e se construindo na sua fala e na fala dos outros. Dessa forma, língua e sujeito se constituem nos processos interativos.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRAIT, B. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão cognitiva. In.: *Diálogos com Bakhtin*. 3. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 69 – 92.
- BRANDÃO, M. H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.
- CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- FOUCAUT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. tradução de Raquel Ramalhet. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: ALB – Mercado de Letras, 1996.
- KOCH, I. V. G. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1989.
- MUSSALIN, F. Análise do discurso. In. MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e fundamentos*. Campinas: Pontes, 1999. p. 15 - 55
- POSSENTI, S. O sujeito e a distância de si e do discurso. In: *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- _____. O eu no discurso do outro ou a subjetividade mostrada. In: *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- TEIXEIRA, M. O sujeito é o outro: uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. *Letras hoje*. Porto Alegre. v.32, n.1, 1997.

Recebido para publicação em 30 de junho de 2008.

Aceito para publicação em 05 de outubro de 2008.